

O Giro Relacional da Ação Coletiva: Contribuições do Pragmatismo Clássico aos Estudos sobre as Relações Estado-Sociedade no Brasil

The Relational Turn in Collective Action: Contributions of Classical Pragmatism to the Study of State-Society Relations in Brazil

*Marina Ferreira de Araújo Fernandes¹ 

Resumo

Os estudos sobre movimentos sociais e Estado no Brasil têm assumido cada vez mais uma perspectiva relacional, ao questionarem a separação analítica de dinâmicas próprias dos movimentos, de um lado, daquelas do Estado, de outro. Têm, assim, mobilizado conceitos como *encaixes institucionais* (LAVALLE *et al.*, 2019) e *repertórios de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), na tentativa de evidenciar a interatividade entre Estado e sociedade no Brasil. Este artigo pretende estabelecer uma leitura crítica e panorâmica dos elementos centrais que compõem as principais análises contemporâneas no Brasil, para assim sugerir que uma retomada teórica do pragmatismo norte-americano pode oferecer ferramentas teóricas e conceituais ao giro relacional da literatura brasileira. O conceito de *ação recíproca* será evidenciado, na medida em que permite: 1) aos encaixes institucionais tornarem-se mais dinâmicos e 2) aos repertórios de interação aprofundarem o caráter relacional da própria ação coletiva. Trata-se de sugerir que o pragmatismo norte-americano oferece ao giro relacional brasileiro um aporte teórico de fôlego nas análises da ação coletiva em suas relações com o Estado.

Palavras-chave: ação coletiva; Estado; relação; encaixes institucionais; repertórios de ação.

Abstract

Studies on social movements and the State in Brazil have increasingly taken on a relational perspective by questioning the analytical separation of the dynamics of movements, on the one hand, from those of the State, on the other. They have thus been mobilizing concepts such as *institutional embeddings* (LAVALLE *et al.*, 2019) and *interaction repertoires* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) in an attempt to highlight the interactivity between State and society in Brazil. This article intends to establish a critical and panoramic reading of the elements that compose the main contemporary analyses in Brazil, to thus suggest that a

1 Université de Montréal, Faculté des Arts et des Sciences, Département de Sociologie, Programme de Cycles Supérieurs (UdeM/FAS/DS/PCS, Quebec, Montreal, Canada). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8450-9343>.

theoretical revisiting of North American pragmatism can offer theoretical and conceptual tools to the relational turn in Brazilian literature. The concept of *reciprocal action* will be highlighted, as it allows: 1) the institutional fits to become more dynamic and 2) the interaction repertoires to deepen the relational character of the collective action itself. This is to suggest that North American pragmatism offers to the Brazilian relational turn a strong theoretical contribution in the analysis of collective action in its relations with the State.

Keywords: collective action; State; relationship; institutional settings; repertoires of action.

Introdução

Um espírito relacional ronda os estudos sobre movimentos sociais e Estado no Brasil. Tem-se notado que caiu por terra a separação analítica de dinâmicas próprias dos movimentos, de um lado, das do Estado, de outro (DOWBOR, 2017), através da flexibilização das fronteiras que distinguem a sociedade política da sociedade civil (ABERS; VON BÜLOW, 2011). Tanto os debates acadêmicos quanto os avanços da luta política concreta impuseram novas direções ao debate, apontando para uma perspectiva mais relacional (TATAGIBA, 2010) em que a sociedade civil e o Estado se constroem de maneira simultânea, em um jogo de inter-relações complexas (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Nas últimas décadas, vários estudiosos desse campo colocaram a distinção rígida entre movimentos sociais e Estado em xeque (BANASZAK, 2010; GIUGNI; PASSY, 1998 apud ABERS, 2021; GOLDSTONE, 2003), ao afirmarem o caráter eminentemente dinâmico dessas relações (ABERS; KECK, 2017; CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017; DOWBOR, 2017; SILVA, 2010; ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). O espírito relacional observado na tênue fronteira entre Estado e sociedade (ABERS; VON BÜLOW, 2011), identificado sobretudo no bojo do processo de democratização brasileira após a promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), tem dado o tom das análises.

Assim, a literatura brasileira acompanha a virada relacional presente no campo de estudos dos movimentos sociais em nível internacional. Se, de um lado, abordagens clássicas como a teoria da mobilização de recursos, a teoria do processo político e a teoria dos novos movimentos sociais têm sido criticadas por sua tendência ao substancialismo, por outro lado, podemos identificar a existência de uma batalha teórica para reapropriar-se delas e tensioná-las (DIANI, 2003; MELUCCI, 1996; TILLY, 1994). Além disso, podemos mesmo verificar a existência do desenvolvimento de uma sociologia explicitamente relacional dos movimentos sociais (CEFAÏ, 1996; EMIRBAYER, 1998; MISCHE; WHITE, 1998; QUÉRÉ, 1999).

A literatura brasileira também apresenta a relação como sua categoria analítica central (VANDENBERGHE, 2017). Enquanto, a partir do final dos anos 1970, os estudos sobre os movimentos sociais mostraram uma abordagem rígida e essencialista para discutir a ação coletiva (BARCELOS; PEREIRA; SILVA, 2016), o processo de redemocratização e a entrada dos movimentos sociais no interior do Estado, através da participação em instituições, impulsionaram o campo de estudos para análises que não

aceitam abordagens rígidas de ação coletiva. Em vez disso, as abordagens focadas na avaliação das relações entre os movimentos sociais e seus encaixes institucionais no Estado (LAVALLE *et al.*, 2019) ou estudos destinados a analisar os repertórios de interação dos movimentos (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018) têm dominado o campo de estudos no Brasil.

Este artigo pretende, a partir de uma leitura crítica e panorâmica do campo de estudos contemporâneo sobre as relações entre Estado e sociedade no Brasil, evocar o pragmatismo clássico norte-americano, sobretudo, por meio do conceito de *ação recíproca*. Pretende-se argumentar que a ação recíproca permite aos encaixes institucionais tornarem-se mais dinâmicos, assim evitando que se enxerguem apenas relações entre entes substancializados e preconcebidos, como também aos repertórios de interação a possibilidade de pensar a relacionalidade a partir da própria ação coletiva. A ação social, lida do ponto de vista pragmatista, permite ao repertório de ação coletiva, ele mesmo, já estar imiscuído em suas redes de interação com o Estado. Trata-se de sugerir uma análise longitudinal que assuma como ponto de partida o debate em torno do conceito de *ação social*, propondo-se, assim, o reposicionamento ontológico da ação nos estudos sobre a interação dos movimentos sociais com o Estado no Brasil.

A perspectiva aqui sugerida é herdeira da virada relacional dos estudos sobre movimentos sociais e Estado, sobretudo nos Estados Unidos (EMIRBAYER, 1998; MISCHÉ; WHITE, 1998) e na França (CEFAÏ, 2009; QUÉRÉ, 1999). Este conjunto de autores e escolas é fundamental para os estudos da ação coletiva, tendo em vista que teorizam os movimentos sociais contemporâneos a partir de um ponto de vista dessubstancializado da ação coletiva. Todavia, será salutar recorrer a autores clássicos da teoria pragmatista. O debate sobre a natureza da ação social em seu sentido ontológico e longitudinal é uma das principais contribuições deste temperamento sociológico, uma construção teórica que, ao redefinir a ação social, transforma mesmo o entendimento contemporâneo do que é a ação coletiva.

Antes de mais nada, parte-se da definição eminentemente relacional da ação, através da assunção da *ação recíproca* (DEWEY, 1934; SIMMEL, 2006). Inserir a ação em um redemoinho relacional (DEWEY, 1934) implica dizer que agir é necessariamente interagir e que a conduta dos atores é orientada tendo em vista o comportamento de outros. Antes de serem propulsados por objetivos estratégicos, são afetados pela situação que eles contribuem para definir (CEFAÏ, 2017): cada indivíduo tem seu comportamento conduzido por um outro (SIMMEL, 2006).

Este deslocamento analítico da ação social requisita um convite à conjuração da escola que mais desafiou os dualismos, o pragmatismo (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). O profundo entrelaçamento do ser humano no mundo faz do pragmatismo uma abordagem preocupada essencialmente com contextos de prática. Não há uma dicotomia rígida entre o ator e os universos que o envolvem, ao contrário: ambos se instituem em um mesmo trançar. Portanto, seria possível refletir sobre a ação coletiva e o Estado a partir de dualidades inflexíveis e incomutáveis? Assim, pode-se afirmar que o pragmatismo promove novas avenidas de análise (CEFAÏ, 2009), na medida em que vincula drasticamente o Estado e a sociedade civil.

Em um primeiro momento, pretende-se traçar um breve mapeamento dos estudos contemporâneos sobre movimentos sociais e Estado no Brasil. Será realizada uma análise de suas principais contribuições, bem como de lacunas deixadas por cada vertente de análise. Em seguida, apresentaremos o pragmatismo norte-americano através do debate sobre a natureza da ação social e da ação recíproca, para então arguir que o temperamento pragmatista pode contribuir com o esforço de dessubstancializar a ação coletiva visto nos autores da virada relacional da literatura brasileira.

Assumir a centralidade da *ação recíproca* em seu arcabouço teórico reconfigura epistemologicamente a compreensão das relações socioestatais. Com isso, mais do que desenhar um arcabouço analítico que cinda o mundo em rígidas dicotomias – tais como institucional *versus* extrainstitucional, consenso *versus* conflito (MIGUEL, 2014; TRINDADE, 2017), é preciso acompanhar o *ator em movimento*, compreendido em sua arquitetura móvel de contextos de sentido (CEFAÏ, 2009). Diante de situações problemáticas e incertas, o ator caminha, encena, recua, briga, negocia, costura, significa a vida em sua ação. As interações pinceladas intersubjetivamente são, dessa forma, a unidade analítica básica. É preciso, com isso, propor-se construir uma abordagem mais próxima do ator e da sua experiência, cujo olhar é fundamentalmente voltado à ação recíproca entre indivíduos (SIMMEL, 2006).

O Giro Relacional da Ação Coletiva no Brasil

A década de 1990 viu uma mudança relacional nos estudos de ação coletiva em nível internacional. A partir de uma leitura crítica de abordagens tradicionais dos movimentos sociais, o campo dos estudos passou a valorizar cada vez mais a interação como uma chave interpretativa. Se, por um lado, as teorias de ação racional parecem ter colonizado profundamente a forma de pensar sobre a ação coletiva, por outro lado, descobrimos que a modelagem da mesma tem sido gradualmente enriquecida (CEFAÏ, 2009). Assim, as abordagens relacionais são mobilizadas pela literatura internacional para superar os limites herdados das perspectivas clássicas (BARCELOS; PEREIRA; SILVA, 2016).

O espírito relacional também envolve estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. O campo de estudos sobre movimentos sociais começou a se desenvolver na década de 1970, em plena coincidência com o avanço do autoritarismo, mas pode ser caracterizado por uma tendência a ignorar as inter-relações que compõem os movimentos sociais (CARDOSO, 1987), interpretando-os como entidades dotadas de identidades, onde os atores são agentes externos ao Estado (BARCELOS; PEREIRA; SILVA, 2016). Entretanto, a possibilidade de um diálogo aberto entre o Estado e a sociedade com as instituições participativas da Nova República fez com que a relação passasse a dominar as interpretações da época.

No conjunto da produção nacional, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) são referência central na defesa de uma concepção não monolítica de Estado (SZWAKO; LAVALLE, 2019), ao colocarem em xeque as abordagens teóricas que posicionam, de um lado, o movimento social desafiante e, de outro, o Estado desafiado. Há uma rede de articulações contingentes que permite a crítica do modelo teórico que separa radicalmente a sociedade civil da sociedade política, construindo uma dicotomia simbólica (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

A reverência ao processo de interação socioestatal é o ponto de encontro dos estudos sobre movimentos sociais e Estado no Brasil. A aposta em interpretações que se propõem a defesa de uma interpenetração entre Estado e sociedade tem exigido, com isso, a formulação de categorias que permitam observar os movimentos sociais em interação com as instituições do Estado (LAVALLE *et al.*, 2019). A preocupação com a *interação* pode ser encontrada por meio de abordagens que reflitam sobre sua mútua constituição (LAVALLE *et al.*, 2019), bem como a partir da ideia de que movimentos sociais estão inseridos em relações de interdependência com atores e instituições (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018).

A inclinação relacional pode ser vista em Lavalle *et al.* (2019), na medida em que analisam os processos de institucionalização das demandas dos movimentos sociais sob o prisma da permeabilidade recíproca. Argumenta-se que movimentos sociais influenciam diretamente a formulação e implementação de políticas públicas, assim como o arranjo contextual também adapta reciprocamente a atuação da ação coletiva. Trata-se de um argumento eminentemente relacional.

A aposta em uma visão que se propõe corrigir uma lógica dicotômica (SZWAKO; LAVALLE, 2019) e a defesa de uma interpenetração entre Estado e sociedade, por meio de sua mútua constituição (LAVALLE *et al.*, 2019), preocupam-se centralmente com as ressonâncias recíprocas gestadas no decorrer das relações. O questionamento sobre como a institucionalização das demandas dos movimentos sociais ocorre (SZWAKO; LAVALLE, 2019) nasce a partir da compreensão de que as capacidades de organização societárias se transformam na medida em que são transformadas em capacidades estatais (BICHIR *et al.*, 2017 apud SZWAKO; LAVALLE, 2019, p. 2).

Busca-se alargar os registros em que a institucionalização de demandas e interesses dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil é pensada, articulando-as com a produção de capacidades estatais de tipo cognitivo (SZWAKO; LAVALLE, 2019, p. 2). Os autores evocam e capturam os conceitos do neoinstitucionalismo histórico precisamente mostrando as vantagens analíticas desse referencial teórico em uma revisão do debate sobre as relações Estado/sociedade no Brasil pós-transição (LAVALLE; SZWAKO, 2015).

A concatenação entre estruturas institucionais e atuação dos movimentos sociais exigiu dos autores o desenvolvimento de um marco conceitual que abarcasse, com isso, tanto a forma e o processo pelo qual se institucionaliza o acesso dos atores ao Estado quanto a cristalização institucional dessas demandas. O acordo com o conceito de *encaixe institucional* (SKOCPOL, 1990) revela a preocupação em compreender de que forma as interações sociais se solidificam em nível institucional e quais as consequências para a capacidade dos movimentos em influenciar o processo de decisão governamental (LAVALLE *et al.*, 2019). O conceito busca compreender sob que circunstâncias os processos de interação permitem aos atores arquitetar encaixes institucionais no Estado, ou pontos de acesso, tornando-o poroso (LAVALLE *et al.*, 2019).

O acesso institucional dos movimentos sociais ao Estado facilita, por sua vez, a transformação da estrutura estatal ao mesmo tempo que das práticas sociais (LAVALLE *et al.*, 2019, p. 19). Produtos da história de conflito e cooperação, o conceito de *domínios de agência* revela as configurações de encaixes derivadas de interações socioestatais,

institucionalmente cristalizadas em níveis de hierarquia intermediária (LAVALLE *et al.*, 2019, p. 28). Há, portanto, um processo de concatenação recíproca que favorece a capacidade de agir de certos atores (LAVALLE *et al.*, 2019, p. 54).

Evoca-se 'o Estado de volta' (EVANS; RUESCHEMEYER; SCKOPOL, 1985 apud LAVALLE *et al.*, 2019, p. 18), ao mesmo tempo que se contribui para empurrar o neoinstitucionalismo de Skcopol para além da dicotomia Estado-sociedade, refinando-o. A aposta na mútua constituição, portanto, pretende-se ao duplo movimento: restaurar a tradição erguida em torno da potência do Estado e, paralelamente, aprofundar o caráter mutuamente vinculante em sua relação com a sociedade. O percurso teórico traçado pelos autores culmina na tentativa de radicalizar, assim, o registro relacional (LAVALLE *et al.*, 2019, p. 47) dos estudos sobre movimentos sociais e Estado no Brasil.

É preciso destacar que o neoinstitucionalismo histórico evocado pelos autores pretende se constituir em uma teoria de médio alcance, em que não é possível estabelecer postulados definitivos ou teorias gerais (MARQUES, 1996). O arranjo teórico eclipsa a ação social ao deslocar a agência para as estruturas políticas, que propiciam oportunidades e constrangimentos. O campo do neoinstitucionalismo histórico revela dificuldade em abarcar a ação social em seu arcabouço teórico e conceitual.

Embora pretenda indicar o caráter relacional da dinâmica dos movimentos sociais com o Estado, apontando a institucionalização das demandas dos atores e a cristalização de estruturas e práticas sociais via conceitos de *encaixe institucional* e *domínio de agência* (LAVALLE *et al.*, 2019), a definição da natureza da ação em um cenário marcado pela mútua constituição permanece subteorizada. A ausência de um debate ontológico sobre a ação social culmina na construção de uma arquitetura teórica em que os atores, posicionados do lado de cá da fronteira, caminham ao encontro das estruturas do Estado e, assim, moldam-no a seu favor. O contexto é abordado como uma estrutura que determina externamente oportunidades e constrangimentos para a atuação dos movimentos, destituindo-os de agência (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). São ainda entidades distintas – e, em certa medida, distantes – que se relacionam.

A concatenação entre demandas dos movimentos sociais e capacidade estatal sob o ponto de vista dos encaixes (LAVALLE *et al.*, 2019) estabelece uma distância entre os atores e as estruturas de oportunidades políticas. Embora se preocupem em afirmar que as estruturas não são exteriores nem estão cronologicamente dispostas, através da defesa do princípio da não externalidade (SZWAKO; DOWBOR; ARAUJO, 2020) a mobilização prática de seus conceitos manifesta a distância que há entre atores sociais e arranjo institucional. O ator é tratado como exógeno à estrutura social, alguém cujo potencial de transformação se dá *após* a interação com o Estado. Os encaixes institucionais tendem a tratar as interações como choques produzidos a partir da relação entre blocos distintos da placa tectônica.

O espírito relacional que ronda os estudos sobre movimentos sociais no Brasil se manifesta, ademais, através da compreensão de que movimentos sociais estão inseridos em relações de interdependência com atores e instituições (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). As interações socioestatais envolvem a construção de redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade (ABERS; VON BÜLOW, 2011), em que movimentos sociais e atores estatais experimentam criativamente com padrões históricos de interação Estado-

sociedade (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). A interpenetração entre Estado e sociedade permite que a ação coletiva transcenda as fronteiras analíticas e pincele o seu repertório de interação (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) criativamente.

Trata-se do ‘repertório de interação’, formulado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) a partir de uma readaptação conceitual do ‘repertório de ação’ (TILLY, 1995), à luz da realidade política brasileira. No contexto de transformações nas relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil pós-transição, a fronteira entre as esferas foi marcada pela interpenetração dos movimentos sociais com o Estado. As autoras argumentam que não apenas o diálogo dá o tom da relação, mas, além disso, os movimentos sociais passaram também a compor a arena do Estado. A fronteira havia sido ultrapassada.

O conceito de *repertório de interação* é desenvolvido justamente para refletir sobre a singularidade da vinculação entre as duas esferas no contexto brasileiro. Aos movimentos sociais não coube apenas explicitar conflitos e contrapor-se rigidamente ao Estado. Ao contrário, redes de colaboração caracterizaram a relação entre movimentos sociais e arenas institucionais. A ação e o confronto tillyanos são complementados pelo caráter absolutamente interativo desta nova dinâmica: adapta-se o conceito de *repertório*, originalmente concebido para o estudo dos movimentos sociais sob a chave das dinâmicas contenciosas, para relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Dessa forma, trata-se de uma perspectiva que aponta o caráter eminentemente criativo, situado e relacional da agência humana: atores produzem e reproduzem estruturas relacionais que agem sobre eles. Os movimentos sociais estão inseridos em estruturas relacionais constituídas por agenciamentos recíprocos (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). Embora não se trate de esforço teórico inédito, as abordagens criativas nos estudos sobre movimentos sociais no Brasil (ABERS; VON BÜLOW, 2011; ABERS, 2021; ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; FRANCO; POGREBINSCHI, 2008; MENDONÇA, 2016) têm realizado uma leitura do pragmatismo clássico para sustentar que a agência humana é inerentemente criativa, situada e relacional. Bebendo na fonte das abordagens pragmatistas, os autores evocam a ação para o centro da análise, ao passo que reafirmam o seu caráter imperiosamente relacional: a agência é sempre interação e relação, não ação isolada (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018).

O Pragmatismo Norte-Americano e a Ação Recíproca

O reenquadramento teórico sugerido neste artigo evoca a herança pragmatista norte-americana e suas ressonâncias fenomenológicas (CEFAÏ, 2009). Pretende-se introduzir e manejar uma tradição teórica preocupada essencialmente com o *pragma*, a ação: núcleo de significação da vida, a ação é erguida em torno de um gesto de fazer e padecer (DEWEY, 1934). O pragmatismo tem a oferecer a vinculação drástica entre ator e contexto. A filosofia norte-americana do final do século XIX tem como pilares fundamentais os trabalhos de C. Peirce, W. James, J. Dewey e G. H. Mead e se caracteriza, em linhas muito gerais, pelo foco na ação humana dentro de seu contexto (MENDONÇA; REIS, 2015).

Considerar a ação como elemento constitutivo da vida social significa pensá-la não como mero fruto de estímulos externos, aos quais simplesmente reage. O pragmatismo clássico recusa interpretações que pensem as ações como ‘expressões’, ‘reflexos’, ‘produtos’ de um todo social mais amplo, meios em que operam as estruturas da sociedade. As abordagens estruturalistas tendem a abordar a ação como um produto quase inevitável da influência de um todo pantagruélico, meramente uma execução de normas e estruturas, reflexo automático de uma entidade una totalizante: a ação está fora do ator. O hipostasiamento dos sistemas de relações objetivas do estruturalismo prescinde de uma teoria da ação (BORDIEU, 2012).

Há, dessa forma, uma nítida disritmia pragmatista em relação às concepções mais tradicionais nas ciências sociais. A sociologia pragmática doma o ‘grande leviatã’ (BARTHE *et al.*, 2016), ao afirmar que os atores preenchem suas linhas de atuação mutuamente orientadas a partir de um processo interpretativo. Recusa-se qualquer tentativa de reificação da sociedade como um ser substancial separado dos indivíduos (CORRÊA; DIAS, 2016), bem como a compreensão de que “o Estado” possa ser apreendido *in totum et totaliter* (SZWAKO; LAVALLE, 2019). Assim, o pragmatismo rejeita as fundações estruturalistas (BERK; GALVAM; HATTAM, 2013), ao passo que põe em discussão a natureza da ação social.

A ação é um conceito central na filosofia e em quase toda ciência social. Esforços em construir uma teoria da ação têm sido alvo de interesse dos variados campos teóricos: a teoria da ação está em disputa (JOAS, 1996). Destarte, a tradição acionalista tem sido dominada por abordagens que valorizam a característica racional da ação social² (JOAS, 1996), em que o indivíduo racional possui interesses fixos (EMIRBAYER, 1997) e efetua cálculos estratégicos (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017).

A teoria da escolha racional tem sido o ponto de partida de um enquadramento teórico erguido em torno da racionalidade da ação social. Enfatiza-se o indivíduo solipsista que incide sobre o mundo para maximizar seus interesses previamente estabelecidos. Trata-se de uma visão teleológica da ação (JOAS, 1996) baseada na racionalização plena da vida política (ALONSO, 2009): é definida a partir de reflexão meticulosa, unilateral tendo em vista a elaboração do cálculo racional dos seus custos e benefícios.

O pragmatismo ergue-se em desconfiança das perspectivas individualistas e calculistas da ação social (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Ao pragmatismo coube a tarefa de arguir em defesa da apropriação criativa das possibilidades do mundo e, assim, tecer críticas a correntes filosóficas que retirem o sujeito de seus contextos envolventes, bem como proclamar independência das perspectivas que afirmam que todo evento real se produz em seres individuais (SIMMEL, 2006). O desconforto com as teorias que valorizam a ação racional reside justamente nesse ponto: haveria um momento prévio à ação em que o sujeito se desloca para fora da situação e reflete racionalmente sobre o desenrolar dos acontecimentos, sobre suas preferências?

² É importante destacar que parte de Max Weber a mais importante definição de ação social (JOAS, 1996), compreendida como a ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente, refere-se ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso (WEBER, 2004). Sua consideração científica reside em uma orientação recíproca da ação, racionalmente voltada para fins definidos. Ainda que Weber admita a possibilidade da ingerência de erros, afetos e até atos irracionais no curso da ação, sua construção tipológica considera que a ação racional tem um curso claramente mais previsível.

A resposta pragmatista difere radicalmente da perspectiva racional (JOAS, 1996). A questão de base não recai mais sobre os “cálculos racionais” (CEFAÏ, 2009). Ao contrário, ancora-se na ideia de que a ação está engajada no mundo, no desenrolar da situação, no próprio momento em que ela é desenhada. Não há um sujeito plenamente consciente dos meios e fins, que analisa previamente a situação e então decide unilateralmente agir: a ação ocorre em se fazendo, em se desenhando, e assim os objetivos, interesses e preferências são pincelados no curso da ação (JOAS, 1996).

Dessa forma, a abordagem pragmaticamente orientada difere quanto ao local onde a ação social é alojada: se, por um lado, o determinismo sociológico acomoda a ação social na sociedade e trata o indivíduo como mero intermédio das forças sociais, por outro as abordagens que enfocam a ação de tipo racional tendem a supor que os indivíduos preexistem à formação da sociedade (MENDONÇA, 2011). Para o pragmatismo, contudo, a sociedade significa, antes de tudo, a interação entre indivíduos, formas de relação e modos de interação (SIMMEL, 2006).

A ação pragmatista incorpora a dimensão criativa e desenvolve-se em torno de uma orientação recíproca (DEWEY, 1934; SIMMEL, 2006), em que se adota o papel do outro na formação da conduta. Se, por um lado, a ação racional faz do ator um indivíduo solipsista que se ergue defronte ao contexto, por outro, a ação pragmatista enlaça o ator ao mundo circundante. Afinal, se tudo é causalmente determinado, a ação humana se torna obsoleta (JAMES, 1979 apud JOAS, 1996). Edificada mediante a interpretação da situação envolvente, a ação exige do indivíduo alto potencial reflexivo, e não uma aplicação mecânica das regras totalizantes. O ato, mediado e guiado pelo uso de símbolos, emerge das interpretações das ações recíprocas do outro relacional³ (BLUMER, 2017).

A ação recíproca, portanto, é eixo fundante na filosofia da ação pragmatista. A experiência, produto constante de uma reorganização energética das ações e dos materiais (DEWEY, 1934), nos constitui primordialmente. O próprio crescimento desde a fase embrionária até a maturidade é pensado em termos de relações entre ser vivo e seu entorno: o “eu” está fatalmente imiscuído dos “outros”. Os sujeitos, eles próprios, são os resultados de relações: sem pais, sem corpo, sem mundo, não estaríamos aqui (VANDENBERGHE, 2018).

Trata-se, portanto, de passar da mera saudação cerimoniosa da interação (BLUMER, 2017) para assumir a inversão radical: é a *interação que faz a ação*. Essa concepção é intrinsecamente social e relacional (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Através da ação recíproca (DEWEY, 1934; SIMMEL, 2006) encontramos a reciprocidade entre os elementos que carregam consigo toda a variedade policromática e a unidade da vida social (SIMMEL, 2006). A ação social, dessa forma,

[...] orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente, ou esperado como futuro [...]. Os ‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (‘dinheiro’, por exemplo significa um

³ George Mead (1934) argumenta que a conduta humana é orientada tendo em vista a adoção do papel do outro. O autor destaca que o mecanismo de adotar o papel do outro também está presente em ações estratégicas, como o comércio: colocamo-nos no lugar do outro em todo tipo de interação.

bem destinado à troca, que o agente aceita no ato de troca, porque sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-los também, por sua parte, num ato de troca futuro) (WEBER, 2004, p. 14).

Ao propor um *reposicionamento relacional da teoria da ação*, assumindo a inversão radical de que é a *interação que faz a ação* (BLUMER, 2017), passa-se a definir a experiência tendo em vista a inescapável relação entre o ser vivo e o ambiente que o envolve. Nessa interação a energia humana se reúne, se libera, há golpes rítmicos de desejo e satisfação, pulsões de ação e inação (DEWEY, 1934). Afinal, somente quando um organismo participa das relações ordenadas de seu ambiente assegura a estabilidade essencial para a vida (DEWEY, 1934).

O pragmatismo está atento à multiplicidade de ajustes exigidos dos atores em situações configuracionais e a restituir ao mundo a incerteza e pluralidade que lhe são constitutivos (CORRÊA *et al.*, 2018). Aposta-se na possibilidade de construção de um mundo melhor a partir do contínuo encontro de pluralidades (MENDONÇA; REIS, 2015), em que o potencial criativo da ação (JOAS, 1996) se revela na busca por solução em situações problemáticas (CEFAÏ, 2017). Os problemas fomentam a ruptura do curso da ação, e assim os sujeitos precisam elaborar criativamente novos cursos da ação, assim criando novos mundos (MENDONÇA; REIS, 2015).

O pragmatismo pode ser compreendido como um método de criação de ideias que impulsionam à ação, é uma postura no mundo, um temperamento, uma atitude. Distancia-se de princípios firmados, conceitos rígidos, inflexíveis e previamente estabelecidos que se propõem a explicar unilateralmente o desenrolar da vida. O pragmatismo é um método (JAMES, 1979) para clarificar conceitos em suas consequências práticas (ZITTOUN, 2014). Ergue-se o pragmatismo em torno de um consequencialismo epistemológico preocupado com os desdobramentos da ação (MENDONÇA; REIS, 2015).

Destarte, a crítica fundante do pragmatismo clássico se aloja no hábito de pensamento enraizado na filosofia ocidental: a dualidade cartesiana. A cizânia do mundo em duas extremidades, a discriminação irrevogável entre o sujeito, o “eu” pensante e o objeto “externo”, o mundo, elimina a complexidade da realidade. A verdade, conduzida pelo pensamento do “eu” que existe porque tudo põe em dúvida, torna o conhecimento uma mera produção de representações mentais do mundo. O pragmatismo substitui o ego solitário que duvida pela ideia e busca cooperativa pela verdade em problemas reais no curso da ação (JOAS, 1996).

Ao colocar em dúvida a própria dúvida cartesiana, os pragmatistas desenvolvem um conceito de *ação* que se propõe superar a dicotomia “sujeito” e “objeto”, *agência* e *estrutura*. O ponto de partida do pragmatismo, portanto, ergue-se em torno da crítica ao pilar fundacional da ciência moderna (JOAS, 1996). A filosofia do pragmatismo não comporta dualismos: as dualidades matéria-espírito, exterior-interior são falsos problemas (DEWEY, 1925). Afasta-se da pura abstração ao proclamar a primazia das consequências práticas, e assim volta-se ao concreto e ao adequado, para os fatos, a ação e o poder (JAMES, 1979) que emergem de uma situação problemática.

A proposição de uma abordagem pragmaticamente orientada pressupõe um trilhar ontológico avesso a dualidades. A experiência, ancorada em relações de fazer e padecer que envolvem criatura e mundo (DEWEY, 1934), faz da ação a fonte de significação da vida. Altamente interativa, situada e problemática, a noção de *ação recíproca* inspirada pelo pragmatismo clássico evoca, com isso, a reconfiguração epistemológica nos estudos voltados aos movimentos sociais em sua relação com o Estado.

As Contribuições do Pragmatismo Clássico aos Estudos sobre Movimentos Sociais e Estado no Brasil

O pragmatismo clássico sugere aos estudos sobre as relações entre Estado e sociedade no Brasil passem de uma *inclinação relacional* para o comprometimento com uma ontologia alternativa (EMIRBAYER, 1997) da ação social. Assumir de vez a herança pragmatista (e suas ressonâncias epistemológicas) (CEFAÏ, 2009) significa aceitar que o problema central da sociologia não é material *versus* ideal, estrutura *versus* agência, indivíduo *versus* sociedade, mas sim substancialismo *versus* relacionalismo (EMIRBAYER, 1997).

O pragmatismo evita o divórcio analítico entre ator e contexto, comum na literatura brasileira: ator e contexto são como o respirar, em que o ritmo das inspirações e expirações conforma o fluxo interativo. Os atores não encaixam, eles fazem parte do próprio gesto de fazer e padecer⁴ que compõe a experiência. Mais do que a caça e o caçador, há o caçar (DEWEY, 2018). Dessa forma, a própria sociedade, que se realiza num fluxo incessante, significa que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros (SIMMEL, 2006).

O temperamento pragmatista descongela as categorias estáticas e substancializadas, ao contestar a sua natureza intrínseca e reificada (EMIRBAYER, 1997). A interação entre Estado e sociedade não é tão somente um encaixe, um diálogo polido entre partes, uma relação entre substâncias fixas, encaixe montado entre demandas dos movimentos sociais e capacidades estatais, mas a própria composição de uma intimidade que requisita o rearranjo recíproco. Ambas se influenciam e se adaptam em um fluxo de experiência: assim, o que é produzido em cada um não pode ser somente explicado a partir de si mesmo (SIMMEL, 2006).

Os encaixes institucionais (LAVALLE *et al.*, 2019) priorizam o processo decisório em sua arquitetura institucional, assim revelando a fotografia tirada no momento do encaixe entre atores e instituições. Nesse sentido, o temperamento pragmatista sugere que mais do que tão somente momentos de encaixe, as interações são conformadas através de desencaixes, insucessos, tentativas, desencontros: os laços de associação são incessantemente feitos e desfeitos para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos (SIMMEL, 2006). As capacidades estatais se conformam no fluxo de experiência (JAMES, 1979) e não apenas com a entrada dos movimentos sociais no Estado (KECK, 2016).

⁴ Fazer e padecer: somos levados a supor que o primeiro simplesmente absorve aquilo que se encontra em forma acabada, em vez de compreendermos que tal absorção implica atividades comparáveis às do criador. Não obstante, receptividade não é passividade. É também um processo que consiste numa série de atos de respostas que se acumulam, direcionadas para a culminância objetiva (DEWEY, 1934, p. 11).

Assim, o temperamento pragmatista permite acessar o momento também de desencaixe, em que movimentos sociais e Estado não se concatenam. A interação não exige solidariedade, ao contrário, ela abarca também a distância e a discórdia: a ausência, o não encaixe e o desencaixe são, afinal, também formas de interação social. A ação social pragmatista permite que o ser humano entre em uma relação com referência ao outro, com o outro e contra o outro (SIMMEL, 2006). Trata-se de analisar a relação entre movimentos sociais e Estado para além do momento decisório.

O temperamento pragmatista possibilita, assim, dinamizar os encaixes institucionais. A ação recíproca permite pensar os encaixes muito mais como um fluxo de influência recíproca do que uma concatenação rígida entre dois atores pré-constituídos. Os atores se relacionam entre si e com o Estado, e nesse fluxo de relações e encaixes múltiplos se forma a própria ação coletiva. O temperamento pragmatista e a ação recíproca contribuem com o espírito relacional dos encaixes institucionais e sua tentativa de dessubstancializar a ação coletiva.

O temperamento pragmatista também tem implicações epistemológicas profícuas sobre o conceito de *repertório de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) e *repertório de ação* (TILLY, 1994). O conceito tillyano consiste numa formulação teórica desenvolvida ao longo de três décadas, que proporciona uma reflexão interativa sobre as relações entre Estado e ação coletiva. Se, por um lado, em seu esboço inicial, ergue-se a partir de uma perspectiva estrutural⁵ (ALONSO, 2015), o repertório de Tilly reconfigura-se processualmente de modo a pensar o envolvimento entre os atores e situações em termos de ajustamento recíproco: ao relacionarem-se, ambos se influenciam mutuamente. A palavra *repertório* identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha (TILLY, 1995).

Em primeiro lugar, é preciso destacar que, embora o conceito de *repertório de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) revele implicitamente um gesto pragmático baseado na ideia de que conceitos devem ser manejados à luz dos contextos – neste caso, o contexto brasileiro –, a ideia de que há uma profunda vinculação conceitual entre a ação e a interação faz do repertório de “interação” uma cacofonia que eclipsa o espírito relacional do próprio conceito de *ação social*. Assumir que a ação é desenhada tendo em vista necessariamente a orientação por um comportamento recíproco do “outro” significa dizer que é a interação que faz a ação, e não o contrário. Sendo assim, ter os repertórios como ponto de partida significa assumir o seu caráter eminentemente interativo, sem que seja necessário nublar o conceito de *ação social*.

⁵ Alonso e Botelho (2012) argumentam que o conceito de repertório de ação, reformulado ao longo da obra de Tilly, passa a assumir um caráter eminentemente relacional com o passar do tempo. Se nos anos de 1970 o repertório de ação tillyano revelava traços estruturalistas, ao reformulá-lo como repertório de confronto (1995) começa a advogar seu caráter eminentemente relacional. Conforme o próprio Tilly, “a história da minha carreira pode ser contada como longa e difícil escapada do reducionismo estrutural rumo ao realismo relacional” (TILLY, 2004). É importante destacar que, embora seja evidente o *aggiornamento* relacional do conceito de repertório em Tilly, a arquitetura teórica do autor também repousa sobre a relação entre repertórios e estruturas de oportunidade políticas, abordadas como externas à ação coletiva. Tilly adquire processualmente a interatividade em seu arcabouço epistemológico via conceito de repertório – tornando assim possível assumir uma orientação pragmatista –, ao passo que transpira sua inspiração estruturalista através das estruturas de oportunidade políticas.

Ao contrário: é fundamental escancarar a natureza interativa da ação social. Incorporar a diversidade de estratégias dos movimentos sociais brasileiros, que ultrapassam com frequência as fronteiras rumo à arena do Estado, não significa necessariamente romper com os contornos da ação social. Assumir a natureza eminentemente relacional da própria ação social significa dizer que ontologicamente o repertório de ação é um repertório de interação. Não é preciso, portanto, renunciar à ação social para arguir em defesa de seu espírito relacional. A ação pragmatista é, em si, uma interação e, através dela, os movimentos sociais se imiscuem a outros atores e ao Estado.

O pragmatismo permite, além disso, reaproximar o repertório do contexto em que ele é vivido. Se, por um lado, as abordagens sociológicas tradicionais consideram o significado do repertório intrínseco ao símbolo, assim revelando sua tendência substancialista (EMIRBAYER, 1997, p. 3) em seu hipostasiamento das essências, a abordagem pragmaticamente orientada permite compreender que o significado do repertório é produzido a partir da interação humana, pois, afinal, a interação é a fonte dos significados das identidades (EMIRBAYER, 1997, p. 17). O equívoco da filosofia clássica é atribuir objetividade aos significados, tratando-os como um pálido fantasma divorciado dos eventos (DEWEY, 1934).

O pragmatismo permite eliminar o caráter mecânico e universal do processo de significação e devolvê-lo à experiência, crua, dinâmica e pulsante. Assim, a forma indica o significado da atitude (MEAD, 1973) e torna-se absolutamente possível que os processos interativos produzam significados distintos para as pessoas, de forma que os seres humanos podem coexistir lado a lado e, contudo, habitar diferentes universos (BLUMER, 2017). Os significados não possuem um sentido fixo e enrijecido, mas são consolidados através da interação.

Este é um questionamento já presente em D. McAdam, S. Tarrow e C. Tilly (2009). Os autores afirmam que não só com o passar do tempo criam-se novos repertórios de ação, como um mesmo repertório pode adquirir novos significados. Tarrow (2009) analisa os repertórios mobilizados pelos vinicultores do sul da França. Ainda que violenta, trata-se de uma performance absolutamente ritualizada, cujo potencial disruptivo é diluído em seu uso rotineiro e institucionalizado. O repertório de ação de Gandhi na Índia, ao contrário, apresenta-se imperiosamente conflitivo, ainda que pacífico.

Assim, não se trata de classificar os repertórios como intrinsecamente eficientes, disruptivos ou colaborativos. Os repertórios variam de lugar a lugar, tempo a tempo, par a par (TILLY, 2010). O significado de cada repertório não emana de seu signo, mas de sua experiência viva. É preciso compreender o repertório em um *continuum* de experiências, cuja adjetivação depende imediatamente da interação com seu contexto. Disruptivo, pacífico, radical, ordeiro, são qualidades que cabem à interação: a realidade é um *continuum* de experiências de disjunções, quebras, conjunções e conexões, e nada fora dela deve ser levado em consideração (JAMES, 1979).

O repertório de ação e a adaptação conceitual via repertório de interação (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) são, portanto, ferramentas analíticas fundamentais para a compreensão das relações entre Estado e sociedade, na medida em que vinculam rigorosamente ação e contexto. O repertório, ao encarnar o *temperamento pragmatista*, entrelaça Estado e sociedade em um redemoinho relacional. Há uma diferença entre

abordar a *interação* como relação entre entidades distintas e distantes e pensá-la como um fluxo contínuo de ajustes recíprocos, como um ser-no-mundo.

O repertório de ação lido pragmaticamente permite que a própria trama do problema público seja evidenciada em seu decorrer. Mais do que voltar-se ao sucesso da interação e conseqüente construção de domínios de agência, os repertórios permitem pensar a interação entre Estado e sociedade civil para além do processo decisório. O repertório, lido do ponto de vista pragmatista, é uma ferramenta adequada na construção de uma abordagem transversal e permite explicar a lógica da ação dos movimentos sociais e do Estado de maneira mais integrada.

Assim, pode-se afirmar que a abordagem pragmaticamente orientada da ação coletiva permite diluir dualidades e afrouxar as fronteiras analíticas entre o caráter contencioso e cooperativo, e institucionalizado e não-institucionalizado da relação entre movimentos sociais e Estado. Questiona-se a ideia de que, necessariamente, ações diretas como passeatas, barricadas, piquetes, ocupações de terras⁶ e imóveis ociosos, ocupações em edifícios públicos, dentre outras, possuam uma diferença importante em relação à atuação por dentro das instituições: seu caráter disruptivo (TRINDADE, 2018).

Não é possível, portanto, classificar de forma essencialista os repertórios de ação: um mesmo repertório apresenta significados múltiplos e contingentes. O repertório pode, a depender da interação situada, ser potencialmente conflitivo ou colaborativo. Colocam-se assim em xeque as abordagens teóricas que posicionam de um lado o movimento social desafiante e de outro o Estado desafiado. Não se trata de abordar a participação política institucional como reino do consenso e tampouco arguir que os repertórios considerados disruptivos necessariamente expressam e revelam conflitos, ou ainda investigar se os movimentos sociais organizam sua atuação em sentido institucional ou privilegiam as ruas.

A dicotomia criada entre esferas institucionais e extrainstitucionais é diluída pela abordagem pragmaticamente orientada, na medida em que pressupõe a tênue fronteira entre Estado e sociedade (ABERS; VON BÜLOW, 2011). Os atores e repertórios em movimento, ao contrário, amarram as esferas, percorrem gabinetes e vielas, costuram no curso da ação o Estado e a sociedade. Trata-se de jogos de conflitos e negociações (CEFAÏ, 2017). Isso significa defender que, ao invés de pensar em alguns repertórios como intrinsecamente conflitivos ou colaborativos, é interessante compreender como sociedade civil e movimentos sociais processam conflitos no interior e fora do Estado (ALMEIDA; VIEIRA; KASHIWUAKURA, 2020).

É necessário retomar o pragmatismo de Dewey, ao definir a relação como a maneira em que as coisas se comportam umas com as outras, em seus choques e reuniões, que se completam e se frustram, se promovem e se retardam, se excitam e se inibem (DEWEY, 1934). O ponto consiste justamente em pensar como agimos via acordos, consensos, adaptações, mas também via conflitos, desencaixes e inaptações e desacordos (CANTU *et al.*, 2019). A reconfiguração permanente da vida social, portanto, permite aos *atores e seus repertórios em movimento* ancorar o significado de suas ações em suas interações múltiplas.

⁶ Podemos ver em Fernandes (2018), através do exemplo da relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os governos de Jacques Wagner na Bahia (2006-2014), que a ocupação de terra, tida como um repertório intrinsecamente disruptivo, a depender do contexto, pode revelar, ao contrário, redes de colaboração entre ação coletiva e Estado.

É preciso evitar categorias de validade transituacional (CEFAÏ, 2009), desalojar o significado como algo inerente ao repertório e reposicioná-lo na situação envolvente, construída interativamente. Valorizar a ação recíproca e, assim, entrelaçar o significado do repertório ao contexto pulsante é uma das principais contribuições em assumir um *temperamento pragmatista* nos estudos sobre movimentos sociais em sua relação com o Estado.

Considerações Finais

Este artigo pretendeu, através de uma leitura crítica e panorâmica dos principais elementos que têm composto as análises contemporâneas das relações entre Estado e sociedade no Brasil, sugerir que a retomada do pragmatismo clássico norte-americano pode abrir novas avenidas de análise e aprofundar o giro relacional construído pela literatura brasileira pós-transição democrática. O pragmatismo não pode ser tido como um mantra, mas como uma ferramenta para resolver problemas teórico-empíricos e pode ser mobilizado sobretudo em estudos e análises da ação coletiva em sua relação com o Estado.

Argumentou-se que o giro relacional da ação coletiva no Brasil pode ser visto através de tradições inspiradas no neoinstitucionalismo histórico, a partir dos conceitos de *encaixes institucionais* e *domínios de agência* (LAVALLE *et al.*, 2019), bem como autores inspirados na teoria do processo político em sua vertente interativa, através dos conceitos de *repertório de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Embora tenham, ambas, a relação como seu operador mágico (VANDENBERGHE, 2017), trata-se de dois tipos distintos de relacionalidade. Trata-se, afinal, de uma *gramática do relacional*.

O pragmatismo clássico norte-americano pode contribuir para a gramática relacional da literatura brasileira. De um lado, argumentou-se que os encaixes institucionais tendem à substancialização e podem ser dinamizados pela ação recíproca, e, de outro, convidamos o repertório de interação a assumir a ação como chave conceitual central, em sua incontornável relacionalidade. O pragmatismo permite ao repertório evitar sua tendência estruturalista e vincular drasticamente a ação coletiva às suas interações – sobretudo com o Estado. Este artigo pretende, afinal, advogar em torno de um reposicionamento relacional da ação coletiva brasileira, a partir de uma leitura pragmaticamente orientada.

Referências

ABERS, Rebecca Neaera. *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 2021.

ABERS, Rebecca Neaera; KECK, Margaret E. *Autoridade prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana Ferreira. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana Ferreira. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 105, p. 15-46, 2018.

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

- ALMEIDA, Debora Rezende de; VIEIRA, Anne Karoline; KASHIWAKURA, Gabriella. Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto de impeachment. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 71, n. 1, p. 140-170, jan./mar. 2020.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2015.
- ALONSO, Angela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 11-19, 2012.
- BANASZAK, Lee Ann. *The women's movement inside and outside the state*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BARCELOS, Marcio; PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 82, p. 13-40, 2016.
- BARTHE, Yannick; RÉMY, Catherine; TROM, Danny; LINHARDT, Dominique; BLIC, Damien de; HEURTIN, Jean-Philippe; LAGNEAU, Eric; BELLAING, Cédric Moreau de; LEMIEUX, Cyril. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 84-129, 2016.
- BERK, Gerald; GALVAN, Dennis C.; HATTAM, Victoria. *Political creativity: reconfiguring institutional order and change*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- BLUMER, Herbert. Sociedade como Interação Simbólica. Tradução de Raoni Borges Barbosa. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 16, n. 46, p. 14-22, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 2012. p. 60-81.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988.
- CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara; CORRÊA, Diogo Silva; CHARTAIN, Laura (org.). *Sociologia, crítica e pragmatismo: diálogos entre França e Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Tradução de Bruno Cardoso. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.
- CORRÊA, Diogo Silva; CHARTAIN, Laura; CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara. *Crítica e pragmatismo na sociologia: diálogos entre Brasil e França*. Brasília: EdUnB, 2018.
- CORRÊA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. A crítica e os momentos críticos: *de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-69, 2016.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto Javier; PANFICHI, Aldo (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DEWEY, John. *Écrits politiques*. France: Gallimard, 2018.
- DEWEY, John. *El arte como experiencia*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1934.
- DEWEY, John. Value, objective reference and criticism. *The Philosophical Review*, Durham, v. 34, n. 4, p. 313-332, 1925.

- DIANI, Mario. Leaders or brokers? Positions and influence in social movement networks. In: DIANI, Mario; McADAM, Doug. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 105-122.
- DOWBOR, Monika Weronika. Perspectiva relacional nos estudos de movimentos sociais, protestos e organizações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-6, 2017.
- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- EMIRBAYER, Mustafa; MISCHÉ, Ann. What is agency? *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.
- FERNANDES, Marina. *O jogo de capoeira: padrões de interação entre o MST baiano e os Governos Jaques Wagner (2006-2014)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- FRANCO, Augusto de; POGREBINSCHI, Thamy (ed.). *Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008.
- GOLDSTONE, Jack A. States and social movements. In: GOLDSTONE, Jack A. *Introduction: Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 25-26.
- JAMES, William. *Pragmatismo e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- JOAS, Hans. *The creativity of action*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- KECK, Margaret Elizabeth. Weaving Social Movements Back in. In: ROSSI, Federico Matías; VON BÜLOW, Marisa (ed.). *Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America*. Surrey: Ashgate, 2016.
- LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SWAKO, José. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019.
- LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MARQUES, Eduardo Cesar. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 181-193, 1996.
- MEAD, George Herbert. *La persona*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.
- MEAD, George Herbert. *Mind, self, and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 741-768, 2016.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Comunicação e sociedade civil: interfaces e agendas. *Compólitica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-44, 2011.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; REIS, Luisa de Albuquerque Viana. Pragmatismo, marxismo e democracia: a negligenciada contribuição de Sidney Hook. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 17, p. 247-275, 2015.
- MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 92, p. 13-43, 2014.
- MISCHÉ, Ann; WHITE, Harrison. Between conversation and situation: Public switching dynamics across network domains. *Social Research*, New York, v. 65, n. 3, p. 695-724, 1998.
- QUÉRÉ, Louis. Action située et perception du sens. *Raisons Pratiques*, Paris, n. 10, p. 301-338, 1999.

- SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- SZWAKO, José; DOWBOR, Monika; ARAUJO, Ramon. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 92, p. 1-22, 2020.
- SZWAKO, José; LAVALLE, Adrian Gurza. “SEEING LIKE A SOCIAL MOVEMENT”: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 411-434, 2019.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo - primeiras reflexões. *Colombia Internacional*, Bogotá, n. 71, p. 63-83, 2010.
- TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective*. Durham, NC: Duke University Press, 1995.
- TILLY, Charles. Entrevista com Charles Tilly. [Entrevista cedida a] Angela Alonso e Nadya Araujo Guimarães. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 289-297, 2004.
- TILLY, Charles. History and sociological imagining. *The Tocqueville Review*, Toronto, v. 15, n. 1, p. 57-72, 1994.
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010.
- TRINDADE, Thiago Aparecido. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. e339712, 2018.
- TRINDADE, Thiago Aparecido. *Protesto e democracia*. Jundiaí: Paco, 2017.
- VANDENBERGHE, Frédéric. *A sociologia relacional como uma forma de vida*. Tradução de Diogo Silva Corrêa. [S. l.]: Blog do Sociofilo, 2018. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2018/08/a-sociologia-relacional-fv-trad-dsc-2.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- VANDENBERGHE, Frédéric. A relação como operador mágico: Superando a divisão entre sociologia processual e relacional. *Sociologia & Antropologia*, v. 7, p. 341-370, 2017.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 2004.
- ZITTOUN, Philippe. *The political process of policymaking: A pragmatic approach to public policy*. London: Springer, 2014.

*Minicurriculo da Autora:

Marina Ferreira de Araújo Fernandes. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2018). Doutoranda em Ciência Política junto ao Programme de Cycles Supérieurs da Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Montreal, em regime de cotutela com a Universidade de Brasília. Pesquisa Financiada pela CAPES (Processo nº 88887.356760/2019-00). E-mail: marina.fernandes@umontreal.ca.